

OS PROFISSIONAIS DA RECICLAGEM NO CONTEXTO DA PANDEMIA – Desigualdade Social e Educação Popular

Franciele Mirian da Rocha¹
Walter Frantz²

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender e refletir sobre a situação dos profissionais da reciclagem, durante a pandemia da COVID-19, em relação à desigualdade social e vislumbrar o potencial da educação popular como caminho contribuinte ao enfrentamento de seus problemas. Por meio de pesquisa bibliográfica, avaliaram-se notícias, dados oficiais, decretos, leis e bibliografias sobre o tema. Na análise, foi possível constatar que as formas de enfrentamento das adversidades foram e ainda são diversas durante a pandemia que contêm potenciais de processos educativos. Para os profissionais da reciclagem, pode-se observar que a educação popular, como prática educativa, constitui processos de organização para fins de resistência e de luta pela afirmação da dignidade de vida e de trabalho, tendo o diálogo e o debate como etapas de método, como caminho de ação e reação.

Palavras-chave: Capitalismo; Covid-19; Trabalho.

RECYCLING PROFESSIONALS IN THE PANDEMIC CONTEXT - SOCIAL INEQUALITY AND POPULAR EDUCATION

ABSTRACT

The aim of this article is to understand and reflect on the situation of the recycling professionals, during the COVID-19 pandemic, in relation to social inequality and catch a glimpse of the potential of popular education as a way that contributes facing their problems. Through bibliographic research, news, official data, decrees, laws and bibliographies on the subject were evaluated. In the analysis, it was possible to verify that the ways of facing adversity were and still are diverse during the pandemic. Contains potentials of educational processes. For recycling professionals, it can be observed that popular education, as an educational practice, constitutes processes of organization for the purpose of resistance and struggle for the affirmation of the dignity of life and work, having the dialogue and the debate as method steps, as a way of action and reaction.

Keywords: Capitalism. Covid-19. Labor.

Submetido em: 3/12/2022

Aceito em: 21/12/2022

¹ Universidade de Cruz Alta. Cruz Alta/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6917-4525>

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4528-7389>

INTRODUÇÃO

O vírus SARS-CoV-2 pode causar uma grave infecção pulmonar, denominada Covid-19 (Wang *et al.*, 2020). Sendo altamente transmissível, rapidamente, estendeu-se a todos os continentes e países, isto é, globalizou-se e assumiu estágio pandêmico. A pandemia da Covid-19 revelou problemáticas de diversas ordens - no mundo todo – destacando-se a desigualdade social sob diversos ângulos da vida em sociedade. Dificuldades de acesso à informação, educação, saúde, saneamento básico, emprego e renda, segurança e saúde mental, historicamente, já sempre foram expressões de desigualdade e, inclusive, constituindo reivindicações das populações mais pobres (Boneti, 2001; Nascimento; Santos, 2020). Porém, com o isolamento social exigido pela pandemia, aqueles que já viviam à margem da sociedade, passaram a viver processos de exclusão ainda mais severos.

Dentre os que se encontram marginalizados, abordaremos a realidade dos profissionais da reciclagem. Aqui, entende-se por profissionais da reciclagem quem se dedica ao trabalho da coleta de materiais recicláveis como sua fonte de renda e sobrevivência, organizando-se para tal e desenvolvendo conhecimentos específicos ao exercício das tarefas de coleta e reciclagem. Afirma Edgar Morin (2021, p. 45): “Não se pode saber se, após o isolamento, a ordem abalada se restabelecerá, ou se, ao contrário, a consciência do ‘já não pode ser como antes’ provocará a expansão das ideias inovadoras e das forças políticas capazes de revolucionar a política e a economia”. Certamente, trata-se de um cenário que recoloca, agora em novo contexto, velhos desafios à ciência, educação, política e economia. Porém, diante dessa incerteza, por enquanto, é preciso pensar que se trata de um processo complexo e lento. Entretanto, cabe refletir sobre potencialidades de ideias e forças inovadoras, conforme Morin, trazendo ao cenário, especialmente, as possibilidades das práticas de educação popular.

Na visão de Alfonso Torres (2007), as diferentes práticas de educação popular, na América Latina, têm em comum a referência ao caráter injusto da ordem social predominante, isto é, a desigualdade entre indivíduos e classes sociais. Não se trata apenas de diferenças, mas também de relações de exploração econômica das camadas populares. Torres (2007) tem, em seu núcleo de estudos, debates e escritos sociológicos, a questão da educação popular junto às camadas populares.

Certamente, não se trata da aplicação de uma fórmula, de uma panaceia ou de um movimento lógico, mas da potencialidade de um processo. O autor compreende a educação popular como uma elaboração de discurso e prática, no contexto de uma ordem social injusta, com o objetivo de contribuir para que as camadas populares constituam os sujeitos de transformação, isto é, de superação dessa ordem social excludente. Nesse sentido, vê potencialidades na educação popular, enquanto promoção de leitura crítica da ordem social vigente, ao possibilitar fortalecimento político das camadas populares e, assim, constituindo forças de transformação social.

A potencialidade da educação popular decorre da interação dialógica dos sujeitos em busca de soluções para seus problemas comuns. Na visão de Mario Osorio Marques (1996, p. 14) “a educação se cumpre num diálogo de saberes [...] na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade

de vida, de trabalho”, afirmando-se um processo pedagógico de caráter coletivo e associativo, resultando em força política. Na visão de André Morin (2004, p. 76), de acordo com o pensamento de Paulo Freire, “o homem sujeito de sua história, dialogando com seus parceiros humanos, é capaz de atingir um nível de consciência crítica que lhe permita transformar a sociedade circundante”.

José Carlos Libâneo (1998, p. 22) afirma que “o pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio-políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade”. Sob essa ótica, a educação é um ato político. A educação popular tem no diálogo crítico, a respeito da realidade social, um de seus instrumentos pedagógicos fulcrais de questionamento e debate no sentido de sua transformação. Portanto, expressa um processo político pedagógico, no sentido da formação de sujeitos dessa transformação, no caso, os coletores de materiais recicláveis (Scariot; Frantz, 2021).

Os profissionais da reciclagem são, geralmente, pessoas que, excluídas do mercado de trabalho tradicional, seja em função da escolaridade reduzida ou outro fator social, encontram nesta atividade uma forma de sustento. Sabe-se que, durante a pandemia, o número destes trabalhadores cresceu devido aos altos índices de desemprego que o país enfrenta (Dias *et al.*, 2020). De acordo com o IBGE³, no terceiro trimestre de 2021, havia 13,5 milhões de desempregados no Brasil, o que significa 12,6% da população. Este fato constitui novos desafios à educação popular como processo de luta dos profissionais da reciclagem contra a desigualdade social.

A pandemia interferiu na reciclagem e nos seus desdobramentos, impactando na desigualdade social já existente na vida dos catadores. Desta forma, torna-se essencial a reflexão acerca da complexidade das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, vislumbrando soluções efetivas. A complexidade decorre tanto da situação de grupo como da situação de cada uma dessas pessoas.

Se é função da medicina e das ciências biológicas investigar meios eficazes para atenuar as consequências da pandemia, igualmente, é responsabilidade das ciências humanas refletir e vislumbrar caminhos para minimizar o sofrimento das populações. Antes de mais nada, coloca-se o desafio de compreender como a pandemia modificou as relações humanas, aumentando as desigualdades e denunciando todo tipo de problema social pré-existente. O conhecimento e a compreensão crítica desse cenário, certamente, potencializa um possível processo de educação popular. Na visão de Paulo Freire (1979, p. 22), “o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar”. Segundo Torres (2007), é esse o núcleo de um processo de educação popular.

³ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 27 de janeiro 2022.

O CAMINHO DOS DADOS A RESPEITO DO CENÁRIO DA PANDEMIA

A seleção de artigos sobre o impacto da Covid-19 em relação às desigualdades sociais existentes na vida dos profissionais da reciclagem, no Brasil, ocorreu pela busca da produção bibliográfica a respeito do tema nas plataformas Google Acadêmico, *Google*, *SciELO*, usando-se os seguintes descritores: catadores, Covid-19, desigualdade social, educação popular, pandemia. Além disso, recorreu-se a sites de notícias, dados oficiais (Ministério da Saúde) e do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). Foram selecionados artigos que pudessem contribuir com a discussão, trazendo principalmente dados estatísticos relevantes. Ainda existe pouca literatura sobre esta temática específica. Espera-se que o presente texto contribua para o fomento à discussão sobre essa questão tão relevante.

Maria Cecília de Souza Minayo e colaboradores (2001, p. 16) entendem por metodologia “o caminho do pensamento e a prática na abordagem da realidade”. O núcleo de um processo de investigação é o caminho a ser seguido, orientado pelo objetivo a ser alcançado. Assim, por meio de pesquisa qualitativa, bibliográfica, pretende-se compreender o impacto da pandemia da Covid-19 neste nicho de desigualdades sociais, especificamente no contexto dos profissionais da reciclagem. Certamente, trata-se de um cenário novo e complexo e, portanto, desafia diferentes áreas de conhecimento.

Escreve Yuval Noah Harari (2018, p. 275):

Se você quiser se aprofundar em qualquer assunto, vai precisar de muito tempo e, principalmente, do privilégio de poder desperdiçar tempo. Terá de experimentar caminhos improdutivos, explorar becos sem saída, abrir espaço para as dúvidas e o tédio e permitir que pequenas sementes de ideias cresçam lentamente e floresçam. Se você não pode se dar ao luxo de perder tempo, nunca encontrará a verdade (Harari, 2018, p. 275).

O caminho de uma pesquisa é feito de leitura, reflexão crítica, em relação à problemática em foco, de interlocução e argumentação teórica que, ao final, traduz-se em um texto, que leva à inserção e ao diálogo com uma comunidade científica. Thomas Piketty (2014, p. 555) diz: “Pesquisa em ciências sociais não tem a vocação de produzir certezas matemáticas e substituir o debate público, democrático e diversificado”. Portanto, cabe a quem pesquisa não querer afirmar verdades, mas inserir-se no debate público a respeito de um problema, contribuindo ao desenvolvimento de uma sociedade. Isto é, construir conhecimentos em favor da sua transformação, apontar “caminhos de mudanças” com relação à problemática estudada.

Para Marques (1998, p. 102), “pesquisar é puxar os cordões que ligam entre si as práticas de um mesmo campo empírico em sua continuidade histórica e, ao mesmo compasso, os entrelaçam com os cordões que vinculam e conduzem os entendimentos que de tais práticas se alcançam no campo teórico”. Escreve Sánchez Gamboa (2007, p. 22) que “o pesquisador não é axiologicamente neutro”. Quer dizer, nenhuma pesquisa é neutra, mormente, em ciências sociais, quando se trata de pesquisa qualitativa: “será sempre mediada pelos valores do investigador e do investigado” (Amado, 2014, p. 53). Paul Feyerabend (2011, p. 21) defende a tese de que “pode haver muitas espécies diferentes de ciência”. Isto é, não há um único modo de ver e explicar a realidade que

nos cerca. Segundo ele, “os pontos de vista dos cientistas [...] são com frequência tão diferentes uns dos outros como são as ideologias de diferentes culturas” (2011, p. 14). Assim, entende-se que a diversidade de compreensões, posicionamentos ou dúvidas, em relação a problemas sociais, não é uma limitação à investigação, mas sim, uma contribuição a sua abordagem, discussão e enfrentamento.

ASPECTOS HISTÓRICOS EM RELAÇÃO À PANDEMIA PELO SARS-COV-2

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi identificado um novo tipo de coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em virtude da disseminação do vírus. A situação foi nomeada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 11 de março de 2020 (Lana *et al.*, 2020). No Brasil, nove casos estavam sendo investigados. Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reportar um caso desse vírus e o primeiro também a informar o primeiro óbito, em 17 de março de 2020. Três dias depois foi reconhecida a transmissão comunitária no país (Ministério Da Saúde, 2020).

No Brasil, mediante o Decreto Federal nº 10.282/2020, definiram-se os serviços públicos e atividades essenciais no país, onde constava a coleta e o tratamento de resíduos como um serviço essencial, o que foi revogado dias depois no Decreto Federal nº 10.329/2020 (Brasil, 2020). A situação dos catadores de materiais recicláveis passa de difícil a trágica. Em maio de 2020, o presidente em exercício no Brasil negou auxílio emergencial² para uma lista de categorias específicas, dentre elas, os catadores de materiais recicláveis, agravando a situação de vulnerabilidade social destas pessoas. Apenas os catadores autônomos que estavam inscritos no Cadastro Único, até 20 de março de 2020, ou que possuem documento de identificação e solicitaram o auxílio, foram incluídos no benefício.

Diversos estados brasileiros – como São Paulo⁴, Maranhão⁵ e Amazonas⁶ – tiveram iniciativas individuais em benefício dos catadores. Muitas medidas foram tomadas, ainda que tardiamente, para desacelerar o avanço da pandemia no Brasil. No contexto dos profissionais da reciclagem, foram suspensos os serviços em diversos estados/municípios e, em alguns, foi pago um auxílio à renda mínima, emitido pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Dias *et al.*, 2020). Ainda, segundo os autores:

A renda emergencial aprovada no Congresso Nacional foi uma vitória do protagonismo dos movimentos sociais, seus aliados no Parlamento e Congresso, tendo o Presidente sido forçado a sancionar o auxílio. Não obstante, foi possível compilar uma série de medidas utilizadas por diversos municípios, destinadas à proteção destas trabalhadoras e trabalhadores. As medidas de apoio não partiram somente

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/bolsonaro-barramotoristas-de-aplicativo-e-outras-categorias-em-vetos-a-ampliacao-do-auxilio-emergencial>

⁵ <http://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/catadores-conquistam-ampliacao-de-auxilio-emergencial-da-cidade-de-sp>

⁶ <https://www.trabalho.ma.gov.br/governo-lanca-edital-para-pagamento-de-auxilio-emergencial-aos-catadores-maranhenses>

da iniciativa pública, mas também da sociedade civil, do setor privado por meio de campanhas, e claro, por iniciativas das próprias cooperativas visando a proteção dos seus membros e sua sobrevivência financeira enquanto organização (Dias et al., 2020, p. 7)

Ainda, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) também se mobilizou com campanhas e auxílios em todo país. Diversas ONGs e empresas do setor privado distribuíram materiais de higiene e proteção para os profissionais, o que colabora nas questões mais emergenciais do momento, porém, ainda há muito a ser feito com relação à valorização dos catadores. De acordo com Dias et al. (2020, p. 12), “[...] apesar da importância da reciclagem para manutenção da cadeia produtiva [...], os programas municipais de coleta seletiva não foram considerados um serviço essencial na maioria das cidades brasileiras nem os catadores foram tidos como trabalhadores essenciais.”.

Pelo fato de o lixo produzido durante a pandemia ser de maior risco, diversos segmentos empresariais sugeriram a incineração e o descarte nos aterros, para minimizar o risco de contaminação. A incineração vai contra a proposta da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, não soluciona as problemáticas dos resíduos e, ainda, impede que os mais de 800 mil catadores brasileiros obtenham sua renda. Organizações de catadores propuseram inovações e mudanças no trabalho⁷, como a quarentena dos resíduos, que faz com que a seleção dos materiais ocorra após a inativação do vírus.

REFLEXOS DA PANDEMIA NO MUNDO DO TRABALHO DA RECICLAGEM

Vive-se, hoje, tempos difíceis à vida pelo atrelamento e manipulação dos conhecimentos científicos em favor de uma lógica que não tem a vida, em todas as suas dimensões, como referência. Certamente, mais que nunca, o desenvolvimento cultural, social, político e econômico depende da capacidade crítica e autocrítica em relação aos acontecimentos que envolvem a vida das pessoas, considerando-se vivermos em tempos de democracia, de busca de participação em processos de gestão dos seus diferentes problemas e desafios decorrentes. Especialmente, em se tratando de questões que envolvem educação, saúde, trabalho e economia.

Assim, primeiramente, para entender os reflexos da pandemia na economia da reciclagem é necessário abordar, ainda que de modo amplo, a origem do capitalismo e a evolução do mundo do trabalho, isto é, as suas relações de exploração. Quer dizer, para compreender a situação de desigualdade social dos catadores, no contexto da pandemia e mesmo anteriormente a ela, é necessário refletir acerca do mundo do trabalho e das mudanças ocorridas durante os períodos da história.

O trabalho é uma atividade humana que permite atender às necessidades básicas dos sujeitos, em que, por meio da transformação da natureza e utilização de recursos internos, como a inteligência, gera um produto final que viabiliza recursos para adquirir bens de consumo. Sobrepondo-se a isso, o trabalho também possui dimensões

⁷ <http://mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/livros-guias-e-manuais/as-atividades-dos-catadores-e-a-coleta-seletiva-durante-e-apos-a-pandemia-da-covid-19-manual-operacional>

culturais, de poder e de reconhecimento nas relações sociais, técnicas e emocionais. Observa Suzana Albornoz (1986) que, no caso da língua portuguesa, a palavra trabalho tanto “designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura”, isto é, uma obra que dá “reconhecimento social”, de realização pessoal, e que permanece além da vida de quem a realizou, como expressa “esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável.” (Albornoz, 1986, p. 8 e 9).

Concretamente, em se tratando do mundo do trabalho da reciclagem, trata-se de esforço rotineiro e repetitivo de fadiga. Com base nos dados do IPEA (2013, p. 42), a partir de 2002, a categoria de catador de material reciclável passou a ser melhor identificada nos Censos e Pesquisas. Essa novidade abriu boas possibilidades de estudos sobre a realidade destes profissionais e sua situação familiar. Até então, os catadores eram identificados nessas pesquisas por diferentes nomenclaturas utilizadas ao longo do tempo, muitas delas rechaçadas por eles próprios, por identificá-las como pejorativas. Para se ter uma ideia, no Censo 1991, em outras ocupações e ocupações mal definidas, constava a atividade de lixeiro. No Censo de 2000, a atividade de lixeiro foi substituída por catadores de sucata. Apenas no Censo de 2010, a atividade está representada como coletores de lixo e material reciclável, classificadores de resíduos e varredores e afins (IPEA, 2013, p. 42).

Conforme Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020, p. 30), antes da afirmação do sistema capitalista de produção e distribuição, ou melhor, de trabalho e apropriação, os indivíduos ainda tinham, minimamente, acesso à alimento, à moradia, a vestimentas e a ferramentas para o trabalho. Afirmam as autoras (2020) que:

O capitalismo destruiu essa condição, separando quase todas as pessoas dos meios de subsistência e produção, excluindo-as daquilo que antes eram recursos sociais comuns. Ele revogou os direitos de uso consuetudinários e transformou recursos compartilhados na propriedade privada de uma pequena minoria. Como resultado dessa divisão de classe entre proprietários e produtores, a maioria tem agora de ouvir uma música bastante peculiar (o mercado de trabalho) e dançá-la para ser capaz de trabalhar e conseguir aquilo de que necessita para continuar vivendo e criar os filhos. O mais importante é quão bizarro, “antinatural”, historicamente anômalo e específico isso é (Fraser; Jaeggi (2020, p. 30).

A partir desta revolução sistêmica, as mudanças na economia foram sendo aceleradas, levando, subsequentemente, a diferentes estágios de revolução industrial, que tinha como característica principal a mecanização dos processos produtivos. Isto é, o trabalho humano foi submetido à máquina de propriedade do capital. “A Revolução Industrial encerrou a transição entre o sistema feudal e o início do capitalismo enquanto meio de produção, caracterizada pela substituição do trabalho humano por máquinas, da energia humana pela força motriz e a implementação do sistema fabril.” (Scolforo, 2017, p. 18-19).

Nesse meio, a nova burguesia industrial – que surge com o término do feudalismo – discordava quanto à interferência do Estado na economia e, assim, despontava o liberalismo econômico. Nesta nova doutrina econômica, o mercado seria o controlador das relações econômicas (livre concorrência). Além disso, a ideologia liberalista

propunha equilibrar interesses pessoais e coletivos, gerando progresso e desenvolvimento socioeconômico. Porém, paulatinamente, o liberalismo entra em conflito com a realidade econômica, baseada na concentração de renda e da propriedade (Sandroni, 1996).

O aprofundamento da Revolução Industrial, desde então, provocou a expansão dos mercados, devido à necessidade de novas fontes de matérias-primas. No começo do século XX, inicia-se uma nova forma de organização do trabalho, denominada taylorista, baseada na premissa de que, por meio de treinamentos com os funcionários, a produção aumentaria qualitativa e quantitativamente (Pelbart, 2011).

A partir dos anos de 1970, entretanto, caem os lucros das empresas e surgem problemas de competitividade e inflação entre os países capitalistas desenvolvidos (Sandroni, 1996). A nova situação mundial traz consigo as ideias de liberdade e de flexibilidade. O neoliberalismo tem seu marco inicial nesta época, mostrando-se como uma forma adaptada do liberalismo ao capitalismo atual, apropriado pela lógica do capital financeiro. Prevê a expansão mundial do comércio, do sistema financeirizado e a interferência mínima do Estado, mais como um regulador (Massarrat, 2017).

Nele, o mercado dita as regras de comportamento e consumo, por meio da mídia, afetando profundamente a subjetividade dos sujeitos contemporâneos, que trocam (ou vendem) seu tempo de vida e sua mão de obra por dinheiro, cumprindo seu papel de assujeitado e subjugado ao sistema, *vestindo a camisa* da empresa, sendo a própria empresa. Em teoria, a criatividade do trabalhador e sua autonomia são exaltadas, enquanto, na prática, novas subjetividades são formadas para que os meios de dominação ajam em prol das demandas empresariais e/ou corporativas (Han, 2017). O neoliberalismo “[...] reduz toda política à economia e toda economia à doutrina da livre concorrência como solução para todos os problemas sociais. Na verdade, o dogma neoliberal agrava terrivelmente as desigualdades sociais e dá um poder gigantesco às potências financeiras.” (Morin, 2021, p. 37).

De modo amplo, nesse contexto, segundo as palavras de Pelbart (2011, p. 99), “de repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo econômico produtivo, e dizia respeito antes ao ciclo reprodutivo, torna-se a matéria-prima do próprio capital, ou torna-se o seu próprio capital”. Esse estágio de transformações trouxe consigo avanços tecnológicos na comunicação, biotecnologia, meios de transportes, entre outros. A informação alcança rapidamente as pessoas, diversos trabalhos passam a serem realizados por máquinas e robôs, a qualificação e a especialização da mão de obra se tornam essenciais e, a cada dia, surgem inovações nas diferentes áreas da agência humana. Desde a década de 1990, os antigos modos de trabalho são substituídos por uma cultura individualista e competitiva, onde valores sólidos se liquefazem em efemeridades. Nesse período, o Brasil abriu-se à importação, à exportação e à implantação de modelos, como o toyotismo⁷, que visava a qualidade total no trabalho (Pelbart, 2011).

A partir desse cenário, passou-se a falar em uma nova Revolução Industrial, pautada por inovações tecnológicas que permitem a fusão do digital, físico e biológico, o que não deixa de ser apenas uma nova técnica de geração de lucro para as empresas –

porém, desta vez, com uma roupagem de sustentabilidade (Schwab, 2016). Para Andrioli (2011, p. 210), “O objetivo da inovação técnica na sociedade capitalista, portanto, não é tornar o trabalho o mais confortável possível, como poderia aparentar, e sim o aumento da produtividade do trabalho com vistas a uma maior geração de valor”. Tendo isso em vista, a busca pelo lucro é o que proporciona condições para a perpetuação do sistema capitalista e não a qualidade de vida dos trabalhadores ou a qualidade dos produtos. A tecnologia da qual se usufrui hoje nem sempre foi instigada por motivos nobres, pelo contrário, conforme Andrioli (2011) denuncia:

A destruição ambiental, o prejuízo à saúde, bem como a exploração e a exclusão social de seres humanos são sinais da contradição central da sociedade capitalista, na qual o desenvolvimento das forças produtivas permite que a produção seja realizada socialmente, enquanto os meios de produção e seus resultados são apropriados de forma privada. Nesse sentido, um progresso técnico para além das determinações institucionais da economia de mercado capitalista parece inimaginável, pois na luta de concorrência o poder é mais forte que a racionalidade, embora ambos os aspectos estejam permanentemente associados (Andrioli, 2011, p. 212).

Esta realidade está tão naturalizada na sociedade que é difícil a percepção de sua perversidade. O capitalismo foi surgindo em meio a conflitos, guerras e sofrimentos e pareceu ser uma alternativa aceitável render-se a um sistema que promete liberdade para escolher onde se trabalha e o que se consome. O que por vezes é esquecido, é o que ressalta Karl Marx (2011, p. 244): “[...] o trabalho, no capitalismo, é livre em duplo sentido. Os trabalhadores são livres para trabalhar, mas também são ‘livres para morrer de fome’, caso não firmem um contrato de trabalho”. Não possui relevância o fato de se trabalhar muitas ou poucas horas diárias, tampouco a felicidade, animação ou esgotamento físico e mental. De fato, o trabalho rende mais do que se recebe, fenômeno denominado de exploração, um dos alimentos principais na dieta do capitalismo.

Não é de hoje que poderosas indústrias, eminentes empresários e as grandes mídias conseguem manipular as ações dos governos por meio de chantagens, benefícios e promessas. A globalização colaborou para que essa aparelhagem se infiltrasse sorrateiramente. Como assinala Comparato (2001, p. 264), “A dominação dos ricos sobre os pobres é tão velha quanto a própria humanidade. O capitalismo soube, porém, organizá-la de modo a lhe conferir extraordinária eficácia transformadora do meio social.”. Nesse meio, todos possuem um preço, mas poucos têm valor. Qualquer coisa se configura como mercadoria, inclusive as pessoas. Onde jaz a humanidade dos indivíduos?

Perceber-se como explorado e compreender as engrenagens do sistema opressor é possível por meio da educação popular que, segundo Torres (2007), implica uma consciência e leitura crítica da realidade social e uma nova maneira de fazer política no sentido de sua transformação. Não se trata de uma variante da educação formal, tampouco uma forma de educação informal. Mais que isso, “[...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares por meio da educação” (Brandão; Assumpção, 2009, p. 26). A diferença entre a educação popular e outras vertentes da educação é o projeto de educação, sua intencionalidade, a quem se endereça e quem são seus atores, seus sujeitos. Quando a transformação social e a

aquisição de saberes são colocadas como meta ao mesmo tempo, pode-se, aí, encontrar a educação popular, que, segundo Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção (2009),

se realiza em todas as situações em que, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares (as “escolas” em que tem sentido uma educação popular), as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado (Assumpção, 2009, p. 36).

Levando em consideração todo o processo de transformação – e a crise – que a pandemia de SARS-CoV-2 trouxe ao mundo, a partir de 2020, a discussão economia *versus* vida foi colocada em pauta quando os governos já não conseguiam mais distinguir o que era ou não essencial. A esse respeito, Bruno Latour (2020) destaca que:

Se a experiência da pandemia faz algum sentido, é para revelar com que rapidez a noção de produtividade passou a depender dos instrumentos de contabilidade. Sim, é verdade, você não pode calcular a produtividade de professores, enfermeiras, donas de casa com muita precisão. Que conclusão tiramos disso? O que é improdutivo? Quem merece receber menos e ser mantido na base da balança? Ou que não importa, por que não é esse o ponto? Qualquer que seja o nome dado à sua “produção”, é ao mesmo tempo indispensável e incalculável; Pois bem, que outros lidem com esta contradição; simplesmente significa que essas atividades pertencem a um tipo de ação não economizável (Latour, 2020).

O que se aprendeu com isso? Ao questionar até que ponto as vidas estão imersas na lógica do economicismo, ou seja, até que ponto o que se faz tem por objetivo maior o capital. Horkheimer (1999) diria que esta reflexão não serve para elevar o grau de importância da economia ou afastar-se dela, mas sim em repensar seu lugar na sociedade.

Afirmam Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl (2004, p. 22): “O capital é o sujeito que sujeita a todos os outros. [...] Os indivíduos são sujeitos inconscientes do capital”. Isto é, são incorporados por um processo de alienação e submissão inconscientes, cumprindo funções no complexo jogo do mercado. Na visão de Felix Guattari e Suely Rolnick (2000), o capitalismo como sistema hegemônico estabelece e afirma uma ampla estrutura de poder e controle social, de conformação e submissão, para além da apropriação da mais-valia econômica produzida. Como sistema hegemônico se apropria do próprio modo de ser e pensar das pessoas. Não importa o lugar que ocupam na sociedade. Isto é, ainda que à margem da economia, culturalmente, são incorporadas ao sistema de pensamento hegemônico, produzindo adesão ao sistema com esperança e desejos de participação.

Compreender que o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas, sim, uma ordem social institucionalizada (Fraser; Jaeggi, 2020), é assumir sua intencionalidade de economicizar as relações humanas. Fraser e Jaeggi (2020) trazem Marx para expor que, no capitalismo, o capital é um sujeito, conforme também reconhecem Bucci e Kehl (2004). E você pode me perguntar: qual o problema nisso? O problema é que

todos estão submetidos à alienação de um sistema que foi criado por humanos e por eles dada vida própria. Sistema esse que é “detentor” de mercados – os quais, segundo afirmação liberal, são autorregulados – estruturantes na sociedade, que literalmente moldam a forma de ser e agir dos indivíduos.

Ora, se o capitalismo se converteu em um sujeito, pode-se conhecê-lo e pensar formas de impedir que ele reine sobre as vidas. Abrem-se, assim, perspectivas de processos sociais de educação, ou melhor, de reação. Certamente, aqui, constitui-se um necessário *encontro* entre conhecimento, política e educação popular com potencialidade de reação. Na visão de Hugo Assmann (1998, p. 16), “a educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade”. Segundo Conceição Paludo (2008, p. 158), na visão de Paulo Freire, “a expressão educação popular designa a educação feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares”, a partir de uma concepção de educação libertadora, não bancária. Isto é, de ação e reação à dominação cultural, política e de marginalização econômica.

CAMINHOS POSSÍVEIS DE AÇÃO E REAÇÃO

Segundo Assmann (1998, p. 28), “a humanidade chegou numa encruzilhada ético-política”, precisando construir consensos políticos de convivialidade, de cooperação e solidariedade. Afirma Manuel Castells (2018, p. 146): “A experiência histórica mostra que do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimentos sociais de diferentes formas que mudam as mentes e, através delas, as instituições”. Nesse sentido, historicamente, nasceu e estruturou-se o movimento cooperativo (Singer, 2002) com o objetivo de afirmar, nas relações sociais de produção e distribuição de bens e serviços, a cooperação ao invés da competição. Assmann (1998, p. 29) afirma: “Uma sociedade onde caibam todos só será possível num mundo no qual caibam muitos mundos”. Isto é, uma sociedade que tenha como referência a cooperação e a solidariedade, quando se trata de produzir e distribuir bens e serviços.

A economia de cooperação solidária, na visão de Paul Singer (2002, p. 10), é uma saída para a economia concorrencial do sistema capitalista, “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” Os princípios da economia solidária resultam na igualdade e solidariedade, espírito presente nas relações cooperativistas e associativas. Nesse sentido, Frantz (2013, p. 275) assevera: “O cooperativismo moderno se constituiu como uma reação às dificuldades técnicas e políticas com o sentido de inserção social e de resistência à exclusão econômica, frente à lógica da acumulação do capital”.

A humanidade experiencia hoje uma profunda crise de cooperação e solidariedade, de incertezas, que se materializa, especialmente, pela eclosão da pandemia do Covid 19. O cotidiano é de muitas incertezas: não se sabe quando – e se – a pandemia terá fim, se a normalidade voltará, e nem se ela deveria ser realmente retomada. “Para derrotar uma epidemia, as pessoas precisam confiar nos especialistas, os cidadãos precisam confiar nos poderes públicos e os países precisam confiar uns nos outros. Nos últimos anos, políticos irresponsáveis solaparam deliberadamente a confiança na ciência, nas instituições e na cooperação internacional” (Harari, 2020, p. 23). Por

isso, a solidariedade, a cooperação e o empoderamento dos cidadãos por meio do conhecimento são fundamentais na reconstrução de um novo mundo, pós-pandêmico.

Ademais, o cooperativismo, entendido como um movimento social histórico de luta por melhores condições de vida, não diz respeito apenas a questões econômicas, mas também à vida humana. Isso significa dizer que, a partir da organização em grupos, os sujeitos se identificam e cooperam entre si, vislumbrando um horizonte para uma existência menos ingênua e mais empoderada. Os encontros, a convivência, a vida partilhada, fatores contributivos para humanizar e fortalecer os coletivos na medida que se ouvem as vozes de todos com respeito e atenção ao acolhimento.

Em se tratando das experiências humanas de sofrimento, várias pandemias já assolaram a humanidade, trazendo miséria, sofrimento e mortes. O diferencial da Covid-19 está ligado à complexidade da situação, que é uma “[...] megacrise feita da combinação de crises políticas, econômicas, sociais, ecológicas, nacionais, planetárias, que se sustentam mutuamente com componentes, interações e indeterminações múltiplas e interligadas [...]” (Morin, 2021, p. 21). A solidariedade aflorou em inúmeras situações, e por melhor que isso seja, mostrou a falta da mesma na “normalidade”. Nesse sentido, Morin (2021) complementa que:

[...] aqueles que estão na ponta de baixo da corda – coletores de lixo, operadores de carga, caminhoneiros, caixas ou telefonistas – são mais vitalmente necessários que os grandes acionistas da Bolsa de Paris (em que só uma minoria deu mostras de certa solidariedade). Enquanto jovens da periferia, donos de restaurantes, donas de casa preparavam refeições gratuitas para os desfavorecidos, os da ponta de cima na maioria das vezes ficavam esperando em seus píncaros a hora de puxar de novo a corda para si. Ora, as profissões que ficaram mais expostas ao contágio e à morte, as que foram mais vitalmente indispensáveis a todos são, na maioria, desvalorizadas, para não dizer às vezes desprezadas, e submetidas aos salários mais baixos (Morin, 2021, p. 29-30).

Carmo et al. (2020) reafirma esse pensamento, mostrando que um paradoxo se formou: as profissões mais necessárias à saúde pública e ao bom funcionamento da vida são as mais prejudicadas com a pandemia. A precariedade no trabalho, que já se mostrava presente, hoje é escancarada. A desigualdade social pode ser notada no cotidiano, no risco que se corre diariamente de amanhecer sem nada, na dúvida sobre o amanhã, na fragilidade dos “vínculos” empregatícios. Alguém que trabalhou a vida toda na rua, recolhendo materiais para venda, teria a chance de, durante a pandemia, trabalhar na modalidade *home office* para prevenir a infecção pelo vírus e proteger sua família? Parece um questionamento dramático, e o é. É a realidade de milhões de pessoas pelo mundo, e no Brasil, ao menos 800 mil pessoas trabalham nesta atividade (MNCR, 2019).

Os profissionais da reciclagem são sujeitos que vivem à margem da sociedade, por trabalharem com aquilo que é descartado. A nomenclatura da profissão sofreu modificações e hoje não se utilizam mais nomes pejorativos para se referir a eles, ao menos em documentos oficiais. Apesar dos avanços na nomenclatura utilizada, o que não deixa de ser essencial no processo de valorização do profissional, as condições de trabalho e a remuneração apropriada ainda são lutas desta categoria (Scariot, 2016).

Esses trabalhadores são agentes ambientais que, por vezes, passam despercebidos aos olhos das pessoas. São também facilitadores da transformação daquilo que não possui mais utilidade ou não apresenta mais condições de ser utilizado em algo que siga adiante no processo de reciclagem. Segundo dados do IPEA (2017, p. 19), “À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, como categoria social, um maior respaldo para negociar com as questões inerentes a sua cidadania e atividade profissional”. Como tal, o processo de organização e articulação, constitui potencialidades de educação popular, considerando-se os diferentes desafios postos à interação dialógica dos envolvidos.

Por outro lado, a pandemia desacelerou quaisquer progressos que estivessem sendo feitos nas coletividades – como dos catadores – ainda para os vulneráveis, invisíveis e excluídos. O que se percebe, neste contexto, é a carência. Escassez de incentivo financeiro do poder público, falta de solidariedade da população, ausência de conhecimentos da população para separar e descartar corretamente seus resíduos, invisibilidade social, inexistência de elementos básicos de sobrevivência. O isolamento social em que se vive precisa, de acordo com Morin (2021, p. 23-24), “[...] abrir nossos olhos para a existência daqueles que o suportam na penúria e na pobreza, que não tiveram acesso ao supérfluo e ao frívolo e merecem atingir o estágio em que se tem o supérfluo. [...] O isolamento deve sobretudo abrir para o essencial da existência [...]”. Talvez, isso consiste, hoje, um dos maiores desafios de educação política, isto é, no sentido de sair de si e ir em direção ao outro, em favor de reconhecimento e acolhimento dos profissionais da reciclagem, em meio aos diversos e diferentes serviços de urbanização. Nesse sentido, faz-se necessário que a *polis* assuma, como princípios políticos, a associação e a cooperação em seu processo de organização e funcionamento. Quer dizer, é necessário que se estabeleçam relações associativas e cooperativas entre os habitantes de uma cidade, a velha história de que “cada um faz sua parte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do momento atual da pandemia e, também, pensando o mundo pós-pandêmico, coloca-se a seguinte interrogação: que horizonte se vislumbra, no mundo do trabalho, para a maioria dos trabalhadores? A partir do exposto, a respeito da frágil situação planetária em diferentes âmbitos, urge que se tenha uma postura crítica que priorize as ações organizadas em grupos para ganhar força de movimento de mudanças e de transformação da realidade. Se, por um lado, existe um bombardeio de informações, que incitam a ver o mundo por meio de uma cortina de ilusões, por outro, há a resistência. Como em tempos passados, os sujeitos levantaram suas bandeiras contra o que era imposto na indústria, nas igrejas e nas escolas, assim, hoje não cabe uma postura diferente. Porém, a transformação em todos os âmbitos para uma sociedade crítica, solidária e popular somente é possível com reflexões e argumentos. Não se pode confrontar uma ideia sem possuir pressupostos fortes que a derrubem.

Os sujeitos crescem aprendendo a obedecer às “autoridades” e a temê-las, sob a pena de serem punidos. A sociedade patriarcal em que há muito se vive, oprime e aliena de modo que se aceitam as normas sem maior criticidade. Para Singer (2002),

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protesto, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. [...] As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias (Singer, 2002, p. 22).

Consoante com o pensamento de Frantz (2012, p. 54), os interesses capitalistas construíram indivíduos conformados. Por outro lado, ressalta que “o debate sobre essas contradições pode levar à consciência política e à constituição de forças capazes de se contrapor ao sistema, por meio de movimentos sociais”.

Por movimentos sociais, entende-se as ações coletivas, conceito esse que surge no intuito de aprimorar o conceito de classes sociais em Marx, quando da discussão da possibilidade de as classes sociais promoverem mudanças históricas. Até o século XX, os movimentos sociais eram entendidos como organizações sindicalistas e de trabalhadores e, a partir da década de 1960, passou-se a compreendê-los como espaços alternativos de luta, onde os atores sociais e as lutas são diversos. É nesse espectro de movimentos que se deve encaixar o movimento dos catadores e sua relação com a educação popular.

Enfim, o que se pode afirmar em sequência à observação, às notícias, aos dados oficiais, aos decretos, às leis, à interlocução bibliográfica sobre o tema investigado? O trabalho com o “lixo” é tarefa de pessoas marginais, desde antes dessa profissão ser reconhecida. Os espaços para onde são destinados e separados os materiais também se encontram nas margens das cidades. A pandemia, no entanto, e apesar de tudo, fez com que os olhares se voltassem mais ainda para dentro de si e dos lares, por causa do isolamento social. Além disso, denunciou a (já antiga) falta de valor que a sociedade dá a algumas categorias de trabalhadores. Esta situação acarretou uma piora das condições de vida e de trabalho entre os profissionais da reciclagem.

Quais seriam as alternativas para reparar tantos danos? Quem é o responsável por tal tarefa? O poder público, certamente, possui possibilidades de interferência no trabalho dos catadores, seja pela responsabilidade legal, em relação ao meio ambiente social e natural, ou pela gestão dos espaços públicos. Portanto, quando não se interessa pela causa, enfraquece as potencialidades de ganhos, corrobora com a invisibilidade e vulnerabilidade dos que são levados a viver da coleta de materiais recicláveis. Por outro lado, o poder público por si só não consegue garantir a efetivação dos direitos e amparo dos cidadãos, portanto, a participação da sociedade e das instituições públicas e privadas podem e devem colaborar nesse sentido. Se de um lado, é indispensável a criação de políticas públicas, que favoreçam a proteção, a saúde e a dignidade dos profissionais da reciclagem, de outro, é fundamental a população de uma cidade, em geral, reconheça também suas responsabilidades sociais e ambientais.

Em uma sociedade de consumo, os cidadãos devem estar atentos às suas responsabilidades para com os resíduos de seu consumo, separando e descartando da melhor forma possível. Além disso, por meio de mais conhecimentos e de educação, pode-se compreender quem são os excluídos e porque o são, quais as intencionalidades de luta

e quais podem ser possíveis caminhos de enfrentamento dessa problemática social. Já que se vive na era da informação e de fácil acesso à comunicação, as pessoas podem ser informadas sobre maneiras de colaborar com o trabalho dos profissionais da reciclagem, para além do descarte adequado. Quem está na academia, ocupado com a produção de conhecimentos, deve também levantar bandeiras e caminhar ao lado daqueles que estão à margem, transpor os muros da universidade e sair às ruas, além de fomentar discussões pertinentes para atingir o maior número de pessoas possível, proporcionando o encontro de processos cognitivos e vitais. Afirma Assmann (1998, p. 29) que “o ambiente pedagógico tem de ser lugar de fascinação e inventividade. [...] a experiência de aprendizagem implica, além da instrução informativa, a reinvenção e construção personalizada do conhecimento”.

As empresas e indústrias, que comumente estão mais preocupadas com sua aparência sustentável e os lucros, podem e devem se interessar por essa questão em igual medida, pois, um país com tamanha desigualdade social e instabilidade não é interessante para grandes investidores. Se parece ser difícil, de momento, fugir da selvageria capitalista, no entanto, isso não significa que as lutas pela organização associativa e cooperativa de quem vive do trabalho da reciclagem não tenham sua importância estratégica. Muito pelo contrário: cada vez mais será necessário reacender o espírito cooperativo e solidário nas pessoas. Edgar Morin (2021) aponta desafios para o pós-pandemia. A relação com o tempo mudou, a corrida infernal deu lugar a uma vida mais lenta. As práticas solidárias devem continuar. Não é sustentável um mundo onde alguns têm bilhões para uma viagem breve ao espaço enquanto outros não têm o que comer e onde morar.

A desigualdade social afeta não só o Brasil, como também o mundo todo, de diferentes modos e diferentes nuances. Os cenários pandêmico e pós-pandêmico são preocupantes e desafiadores, mas o medo não pode paralisar aqueles que têm visão crítica em relação à realidade social. Só será possível transformar a situação atual e construir um futuro mais acolhedor à humanidade e à vida, pelo presente, com conhecimentos e consciência a respeito dos problemas, com vontade política de justiça social, compromisso social e solidariedade.

Sob essa ótica, ganha sentido o que Paludo (2008, p. 157) escreve: “A busca por condições dignas de vida e a possibilidade de afirmação de identidades constitui uma das marcas da participação das classes populares nos movimentos sociais da modernidade”. Nesse sentido, por sua vez, afirma Jason Mafra (2008, p. 11) que “o enfrentamento da pseudo-inexorabilidade da história, em situações-limites, nos faz afirmar, com muita contundência, alternativas reais no campo das humanidades”. Sob essa visão crítica, em relação à realidade dos cenários desafiadores, a educação popular constitui potencialidades e possibilidades. O autor entende o enfrentamento da pseudo-inexorabilidade como uma possibilidade histórica que “redimensiona a esperança e as formas de intervenções e invenções sociais” (p.11), no sentido de uma outra realidade social mais condizente com o bem viver.

Certamente, sob essa visão, pode-se concordar com Morin (2021), quando aponta para o potencial de ideias inovadoras e forças políticas transformadoras, inerentes à própria experiência da pandemia, e, também, com Torres (2007), quando define a

educação popular como discurso e prática, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, potencializando superações de desigualdades sociais, instaurando processos de transformação social, à medida que constituem e afirmam forças políticas locais.

REFERÊNCIAS

- ALBORNÓZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- ANDRIOLI, Antonio Inacio. Interfaces da educação popular com a educação ambiental. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 101, p. 79-86, 2009.
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BONETI, Lindomar Wessler. Ser ou estar pobre? A construção social da noção da desigualdade. *Revista Contexto & Educação*, v. 16, n. 62, p. 115-134, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *A cultura rebelde: escrito sobre educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BRASIL. *Decreto nº10.329 de 28 de abril de 2020*. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União, 28 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.htm. Acesso em: 03 ago. 2021.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CARMO, Renato Miguel do; TAVARES, Inês; CÂNDIDO, Ana Filipa. *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, 2020.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. *Estudos avançados*, São Paulo, v.25, n. 72, p. 251-276, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000200020>.
- DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2011.
- DIAS, Sonia; ABUSSAFY, Ricardo; GONÇALVES, Juliana; MARTINS, João Pedro. *Impactos da pandemia de COVID-19 sobre reciclagem inclusiva no Brasil*. 2020. Disponível em: https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/file/Impacts%20of%20the%20COVID-19%20Pandemic%20on%20Inclusive%20Recycling%20in%20Brazil%20Portuguese%20for%20web_1.pdf Acesso em: 13 jul. 2021.
- DO NASCIMENTO, Iracema Santos; DOS SANTOS, Patrícia Cerqueira. A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil. *Caderno de administração*, v. 28, p. 122-130, 2020.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FRANTZ, Walter. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.
- FRANTZ, Walter. Movimento comunitário e cooperativismo: uma experiência de educação popular. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa. *Educação popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis: Vozes, 2013. 274-292.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FREIRE, P. *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do Desejo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2ª edição ampliada, Petrópolis: Vozes, 2017.
- HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARARI, Yuval Noah. *Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus*. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- HORKHEIMER, Max. Traditional and Critical Theory. In: *Critical Theory: Selected Essays*. trad. Matthew J. O'Connell. Nova York: Continuum, 1999.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília: IPEA, 2013.

- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária*. Brasília: Ipea, 2017.
- LANA, Raquel Martins; COELHO, Flávio Codeço; GOMES, Marcelo Ferreira da Costa; CRUZ, Oswaldo Gonçalves; BASTOS, Leonardo Soares; VILLELA, Daniel Antunes Maciel; CODEÇO, Cláudia Torres. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, 2020.
- LATOUR, Bruno. ¿Estás listo para salir de la economía? 2020. Disponível em <https://www.climaterra.org/post/est%C3%A1s-listo-para-salir-de-la-econom%C3%ADa> Acesso em: 05 ma. 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- MAFRA, Jason. Utopia e projeto possível. In: *TORRES, Carlos Alberto e outros. Reinventando Paulo Freire no século 21*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008 p. 9-40.
- MAROTTA, Erica Pellucci Barreto. *Trabalhos associados e formação de trabalhadores/catadores: contradições entre capital e trabalho*. Niterói: dissertação (mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2013.
- MARQUES, Mario Osório. *Educação/Interlocução, Aprendizagem/Reconstrução de saberes*. Ijuí, Editora Unijuí, 1996.
- MARQUES, Mario Osório. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASSARRAT, Mohssen. *Braucht die Welt den Finanzsektor? Postkapitalistische Perspektiven*. Hamburg: VSA Verlag, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Secretaria de Vigilância em Saúde. Infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/BE-COE-Coronavirus-n020702.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.
- MNCR. *Quantos catadores existem em atividade no Brasil?* MNCR, 2019. Disponível em: <http://mncr.org.br/sobre-o-mncr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil> Acesso em: 6 jun. 2021.
- MORIN, André. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- PALUDO, Conceição. *Educação Popular*. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaeme José (orgs). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.157-159, 2008.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia e administração*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- SCARIOT, Nadia. Catadores de Materiais Recicláveis: Novos Regimes de Verdade na Constituição do Protagonismo destes Atores Sociais. *Revista Contexto & Educação*, v. 30, n. 97, p. 28-43, 2015.
- SCARIOT, Nadia; FRANTZ, Walter. A constituição de saberes e sujeitos coletivos em atividades de catação de materiais recicláveis. *Rev. Ed. Popular, Uberlândia*, v. 20, n. 2, p. 160-181, maio-ago. 2021.
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro, 2016.
- SCOLFARO, Nayara Roman Mariano. *Trabalho decente para catadores de material reciclável no Brasil - uma análise sobre o meio ambiente do trabalho do catador*. Cuiabá: dissertação (mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TORRES, Alfonso. *La educación popular. Trayectoria y actualidad*. Bogotá: Editorial El Buho, 2007.
- WANG, Chen; Horby, Peter W.; Hayden, Frederick G.; Gao, George F. A novel coronavirus outbreak of global health concern. *The lancet*, v. 395, n. 10223, p. 470-473, 2020.

Autora correspondente:

Franciele Mirian da Rocha

Universidade de Cruz Alta

Rodovia Municipal Jacob Della Mea, s/n km 5,6 - Parada Benito, Cruz Alta/RS, Brasil. CEP 98020-290

E-mail: fmr.psico@hotmail.com

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.